



“Educação como prática de Liberdade”:
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

9528 - Resumo Expandido - Pôster - 40ª Reunião Nacional da ANPED (2021)

ISSN: 2447-2808

GT22 - Educação Ambiental

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E ECOFEMINISMO: UM ESTUDO SOBRE
CONVÍVIO FEMININO EM UM MOVIMENTO SOLIDÁRIO**

Lisiana Lawson Terra da Silva - FURG/PPGEA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE

Andre Luis Castro de Freitas - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO
GRANDE

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E ECOFEMINISMO: UM ESTUDO SOBRE
CONVÍVIO FEMININO EM UM MOVIMENTO SOLIDÁRIO**

Resumo: A presente pesquisa busca compreender como mulheres em situação de vulnerabilidade socioambiental que convivem dentro de um movimento solidário de educação têm a possibilidade de construir coletivamente ações que transformem a realidade na qual estão mergulhadas. Esta é uma pesquisa-ação uma vez que é uma investigação que combina ação e educação. Para isso partimos dos fundamentos teóricos da Educação Ambiental Crítica como uma educação política e transformadora, assim como da perspectiva teórica do Ecofeminismo, como chave interpretativa que permite compreender as mulheres como um grupo oprimido dentro de relações de dominações do sistema capitalista e patriarcal.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental Crítica. Ecofeminismo. Mulheres. Vulnerabilidade socioambiental. Pesquisa-ação.

Este trabalho tem como premissa compreender a Educação Ambiental como uma educação política que contemple a análise e a crítica das relações sociais, econômicas e políticas entre os seres humanos, não humanos e a natureza, no intuito de transformação das relações de opressão e voltadas à justiça social e ambiental. Com esta fundamentação optamos por balizar nosso trabalho em sua vertente crítica, “compreendida como uma filosofia da educação que busca reorientar as premissas do pensar e do agir humano, na perspectiva de transformação das situações concretas e limitantes de melhores condições de vida dos sujeitos

— o que implica mudança cultural e social” (LOUREIRO; TORRES, 2014, p. 138).

A partir dos fundamentos acima, defendemos que a Educação Ambiental situada dentro de uma perspectiva crítica, necessita analisar como as relações de gênero são centrais para pensar sobre as injustiças sociais e ambientais, já que estas produzem desigualdades, relações de poder assimétricas e opressões, dentro de uma cultura ocidental pautada no androcentrismo^[1]. Dentro dessa perspectiva as mulheres, enquanto grupo oprimido dentro da lógica de dominação patriarcal, estão expostas à vulnerabilidade socioambiental e à pobreza.

Refletir sobre as relações de dominação implícitas na construção da categoria vulnerabilidade é ininteligível dentro da lógica capitalista e patriarcal. Para isso é necessária outra chave interpretativa, outra visão de mundo, que acreditamos encontrar nas teorias ecofeministas, uma vez que estas abarcam tanto a necessária crítica ao modelo social capitalista e patriarcal baseado na opressão e exploração das mulheres e da natureza, quanto buscam formas alternativas de organização social contra hegemônicas (MIES; SHIVA, 2014). Como coloca Puleo (2018) é necessário que a Educação Ambiental se abra a novas formas interpretativas que privilegiem as perspectivas de gênero, uma vez que há, no mundo inteiro, mulheres que são afetadas por dois tipos de desigualdades: desigualdade no acesso aos recursos e desigualdade no reconhecimento social. As duas questões são constituintes da vulnerabilidade socioambiental feminina.

A partir desta fundamentação teórica, a proposta desta pesquisa é compreender como o convívio^[2] entre as mulheres participantes de um movimento solidário possibilita a construção coletiva de ações que transformem a realidade na qual elas estão mergulhadas.

O Movimento Solidário em questão atua há 18 anos na comunidade onde está inserido, atendendo em torno de trinta famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade socioambiental, oriundas de uma das zonas mais impactadas social e economicamente de um município localizado no sul do RS. Compreendemos este Movimento enquanto espaço de Educação Ambiental Crítica, uma vez que é um espaço educativo político voltado para a reflexão crítica e a transformação social pautado nos princípios da Educação Popular o qual faz crítica ao modelo de sociedade capitalista baseada na desigualdade e na competitividade, produzindo coletivos dominantes e coletivos oprimidos. O Movimento está organizado em formato de oficinas semanais de 2 horas de duração, que vão desde reforço escolar para crianças e jovens no contra turno da escola até alfabetização de adultos, rodas de conversa entre mulheres e oficinas de geração de renda. Tudo isso perfaz um total de 120 pessoas que frequentam as oficinas, assim como por volta de 25 voluntárias e voluntários que coordenam as atividades. Constatamos que, historicamente, as representantes das famílias atendidas são mulheres e são elas que frequentam as oficinas do Movimento. Este fato nos leva a perceber um padrão social: são trinta mulheres que estão fora do mercado de trabalho ou subempregadas e são responsáveis pelo cuidado da família ou são, elas próprias, chefes de família. Essas mulheres não têm renda, têm baixa escolaridade e baixa capacitação profissional.

Voltando ao objetivo desta pesquisa, são estas mulheres descritas acima, assim como o contexto e o conjunto de relações no qual elas estão inseridas, que compõem o ponto de partida de nossa tese: as mulheres, reunidas em um espaço de convívio, que é educativo, ao desvelarem e discutirem suas mazelas sociais, econômicas, pela problematização do contexto vivido, elas refletem e geram ações transformativas?

Para isso partimos de três pontos principais: primeiro desvelar o contexto histórico e social e as relações de opressão que essas mulheres enfrentam. O segundo ponto seria problematizar este contexto, através de uma perspectiva ecofeminista, sobre como o cuidado

com o outro (humano e não humano), a maternidade e a conseqüente ligação das mulheres ao ambiente doméstico, restringiriam o acesso à educação, à saúde e ao emprego, gerando com isso a pobreza e a vulnerabilidade socioambiental feminina. E o terceiro ponto seria a escolha, por parte do grupo, de uma ação que tenha potencial transformador dessas relações opressivas. Assim, iremos mapear e produzir um diagnóstico dos desafios e problemas que essas mulheres enfrentam em seu cotidiano, para em seguida, construir de maneira coletiva um plano de ação.

Dentro disso esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa – ação, já que é um processo permanente de investigação e ação, isto é, práxis, levando à produção do conhecimento e, conforme Thiollent (1986), tem como objetivo determinar e refletir acerca das necessidades da comunidade, desvelar as opressões e entrever um outro mundo possível, isto é, gerar transformação social.

A ênfase da pesquisa-ação se dá em três pontos: a resolução de problemas, a conscientização dos problemas e a produção de conhecimento. Ela está dividida em três fases: 1º) Exploratória – momento em que acontecem os primeiros contatos com o grupo, a elaboração dos problemas prioritários, a formação do grupo, a escolha das formas de mapeamento de diagnóstico a serem utilizados; 2º) Seminário – momento em que a equipe de trabalho, o grupo de mulheres e o(a) pesquisador(a) desenvolvem e organizam o mapeamento e o diagnóstico dos problemas para investigar, discutir e divulgar os problemas e 3º) Plano de ação – momento em que a equipe toma decisões e planeja ações concretas para a resolução dos problemas.

Dentro disso, esta pesquisa está na primeira fase exploratória, afinando a teoria e a metodologia, assim como o levantamento bibliográfico. Também nesta fase está sendo elaborada a fase de seminários, a qual se dará através do método dos círculos de cultura [3] freirianos também em três etapas: na primeira estão previstos 10 encontros semanais de março à maio de 2022, com pausa para análise do material e com um diagnóstico parcial do mapeamento dos problemas; na segunda etapa de círculos de cultura este mapeamento será discutido a partir da reflexão crítica e refinamento dos problemas; na última etapa dos círculos se dará a construção de uma ação de enfrentamento do problema escolhido.

Sem perder de vista nossa perspectiva teórica a Educação Ambiental necessita refletir criticamente sobre a pobreza feminina e a divisão sexual do trabalho, produtos do sistema capitalista neoliberal e patriarcal, onde as mulheres têm arcado com maior ônus da degradação ambiental, uma vez que são elas as principais responsáveis pela alimentação da família, saúde e educação. Mais do que uma aproximação teórica, a Educação Ambiental Crítica e o Ecofeminismo precisam travar um diálogo contínuo, permanente e necessário, onde é preciso valorizar os espaços de convívio feminino, o cuidado com os humanos e os não humanos e as práticas e olhares que as mulheres desenvolvem em relação à natureza. Pensamos ainda que este trabalho no momento social e histórico atual, onde defesa e a garantia de direitos estão sendo questionados, irá contribuir para o estudo do campo da Educação Ambiental Crítica e não androcêntrica que levem em consideração a crise socioambiental onde os mais vulneráveis estão expostos: mulheres e natureza.

REFERÊNCIAS

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TORRES, Juliana Rezende (Org.). **Educação Ambiental: dialogando com Paulo Freire**. São Paulo: Cortez, 2014. Edição Kindle.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminism**. London & New York: Zed Books, 2014.

PULEO, Alicia H.. **Ecofeminismo: para otro mundo posible**. Madrid: Cátedra, 2018.

[1] Compreendemos o androcentrismo como uma construção sócio mental que elabora representações do mundo tendo como eixo uma visão masculina. A sociedade androcêntrica estrutura-se a partir de uma valorização dos lugares masculinos, normatizando toda e qualquer relação.

[2] O convívio aqui é compreendido como diálogo e amorosidade dentro de uma concepção freiriana de educação, diálogo enquanto uma categoria essencial para uma educação crítica, problematizadora e amorosidade no sentido de afeto e compromisso com o outro.

[3] Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa. O processo de preenchimento das informações teóricas e metodológicas na Plataforma Brasil já está em andamento